

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2020

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

*Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

**O POVOAMENTO ROMANO DO CONCELHO DE OEIRAS:
ANTECEDENTES, ECONOMIA E SOCIEDADE (SÉCULOS I a.C. A V d.C.)**

***THE ROMAN SETTLEMENT OF THE MUNICIPALITY OF OEIRAS:
ANTECEDENTS, ECONOMY AND SOCIETY (CENTURIES I BC TO V AD)***

João Luís Cardoso* & Maria da Conceição André**

Abstract

A synthesis of the Roman occupation of the municipality of Oeiras is presented. The data obtained reveals an early Italic influence, since the beginning of the Empire, in continuity with the strong Mediterranean presence verified in the end of the Iron Age.

The occupation of the territory, had an essentially agrarian character, related to the polyculture carried out in the various *villae rusticae* identified, especially implanted in calcareous soils, partly related to the supply of the great city that was the city of *Olisipo* at the time, ca. 15 km away, but easily connected by the Tagus river.

The archaeological remains comprise many imported products, revealing the openness to Mediterranean trade, a reality that remained even after the fall of the Empire, being proved by the 6th century AD phocean ceramic productions.

In addition, the existence of two funerary epigraphs reinforce the ide integration of these communities in the Roman Empire since the 1st century AD. One of them reveals by the typology, the adoption of Roman models by the population, already widely acculturated, as it is denounced by the *cognomen* of the deceased, clearly indigenous. The other epigraph reveals at the same time, a harmonic acculturation accompanied by an evident cosmopolitanism, since it corresponds to the grave of a *aquilifer* of second legion, who, being a native here, will have traversed several areas of the Empire, before returning to their homeland, where he probably ended his military career.

Keywords: Roman Empire; Oeiras; acculturation; trade; cosmopolitanism.

1 – CONDICIONANTES NATURAIS E DEMOGRAFIA

O concelho de Oeiras caracteriza-se, do ponto de vista geológico, por unidades muito diferenciadas, que condicionaram a exploração do solo em resultado das distintas aptidões naturais que cada uma delas oferecia à prática da agricultura. Os calcários e margas do Cenomaniano (Cretácico), desenvolvendo-se ao longo das principais linhas de água da região, formaram vales de paisagens variadas, particularmente propícios ao policultivo de árvores de fruto, de hortas (incluindo as veigas aluvionares modernas), da vinha e da oliveira sendo que na região ocidental do *ager* olisiponense, tanto a produção de azeite como a de vinho se encontra documentada pela presença de mós e lagares, como na *villa* de Freiria, situada no vizinho concelho da Cascais.

* Professor catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO). cardoso18@netvisao.pt

** Técnica Superior. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO).

O traçado da rede hidrográfica, especialmente os vales das ribeiras da Lage e de Barcarena, viabilizaram o acesso à água para consumo doméstico e para uso agrícola que, articulado com o respetivo relevo, condicionou a distribuição demográfica da população no período romano, que vivia em estabelecimentos rurais, *villae* e *vici*, nos quais residirão os fundamentos das actuais povoações do concelho. Estes estabelecimentos seriam vocacionados para o cultivo da terra, designadamente a cerealicultura, tal como já se tinha observado no Bronze Final e no decurso da Idade do Ferro, avultando contudo, no período romano as propriedades agrícolas de certa dimensão.

A densidade da ocupação romana, pressupunha, outrossim, a existência de uma malha viária que assegurasse as comunicações, não só entre si, mas também com o litoral e, sobretudo, com a grande urbe olisiponense (Fig. 1). O período de domínio romano no território oeirense corresponde deste modo à confirmação da vocação agrícola da região tendo sido a fertilidade e a aptidão agrícola dos solos determinante para a fixação das sucessivas comunidades romanas, logo a partir do século I a. C. na região, em continuidade com as últimas presenças da Idade do Ferro.

É de ter ainda em consideração a presença, a sul, do estuário do Tejo, constituindo vasta frente ribeirinha, que abarca todo o comprimento do concelho, onde abundava grande diversidade de recursos naturais, fáceis de recolher e quase inesgotáveis, os quais foram favoráveis à instalação de actividades industriais baseadas na pesca e ao comércio marítimo transregional especialmente com o mundo mediterrâneo. É pois provável que nas enseadas que pontual o litoral concelhio, como a da praia de Santo Amaro de Oeiras, de Paço de Arcos de Caxias, da Cruz Quebrada e de Algés, propícias à acostagem de embarcações, tivessem sido eleitas para o estabelecimento de instalações portuárias e industriais. Ali teriam por certo existido fábricas de transformados piscícolas e respectivos armazéns, à semelhança do verificado na actual área urbana ribeirinha de Cascais e de Lisboa (Casa dos Bicos, Baixa Pombalina). Actualmente, de tais instalações, nada se conhece em consequência da intensa ocupação urbana verificada nessas zonas, de que resultaram profundas transformações, verificadas desde há séculos na própria linha de costa.

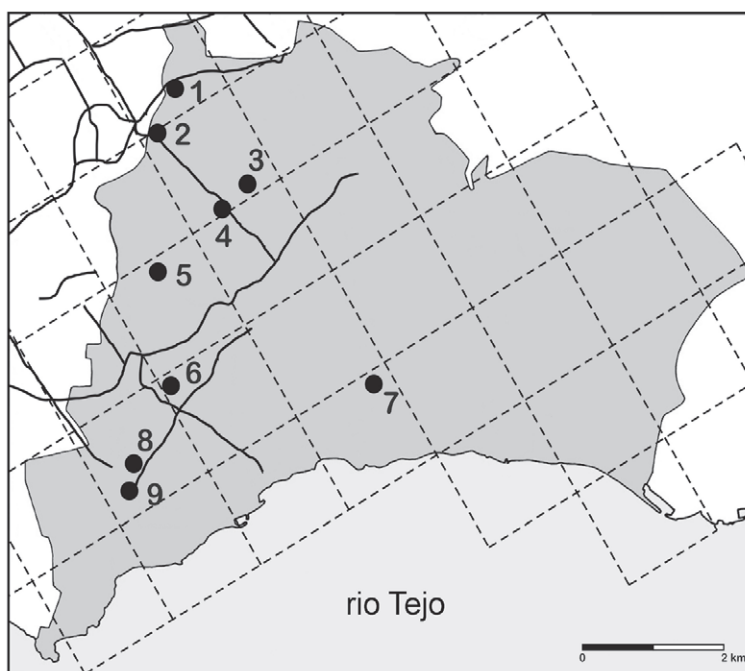


Fig. 1 – Proposta de malha viária romana (a traço grosso) no actual concelho de Oeiras (área a cinza), de acordo com o traçado da centurição previamente existente (a traço fino) e as estações romanas identificadas (CARDOSO & CARDOSO, 1993). 1 – Cotão velho 3, materiais romanos de superfície; 2 – Talaíde, *villa* romana; 3 – Galegas (fossa com materiais romanos); 4 – Leião, *villa* romana; 5 – Sol Avesso, necrópole de inumação; 6 – Alto da Peça, Cacilhas, necrópole e lápide funerária; 7 – Junção do Bem, necrópole tardo-romana e alto-medieval e lapides funerárias; 8 – *villa* romana de Oeiras (ruínas da Rua das Alcássimas e da Rua Marquês de Pombal); 9 – Laveiras, necrópole e lápides funerárias; 10 – serra de Carnaxide, casal agrícola. Notar a evidente concentração de ocorrências na área ocidental do actual território concelhio, correspondente a afloramentos e solos calcários, nitidamente preferidos pelos Romanos, em detrimento dos terrenos terciários, de aptidão agrícola muito reduzida (seg. CARDOSO & CARDOSO, 2005, modificado).

2 – ANTECEDENTES

No Bronze Final e na Idade do Ferro, entre cerca de 1300 e 900 a.C., a vasta área interior do concelho, especialmente os trechos ocupados por terrenos basálticos, de alta fertilidade, foram pontuados de pequenos povoados e casais agrícolas, essencialmente dedicados à cerealicultura e ao pastoreio, de que existem diversas evidências conhecidas (CARDOSO & CARDOSO, 1993; CARDOSO & CARDOSO, 1996; CARDOSO, 1995; 2000; 2010/2011). Esta realidade prolongou-se, sem grandes alterações, no decurso de toda a Idade do Ferro. Assim, aos séculos VII/VI a.C. e V/IV a.C., pertencem, respectivamente, o núcleo mais antigo da estação de Leião, escavado sob direcção do primeiro signatário (CARDOSO *et al.*, 2010/2011 a) e os dois núcleos agrícolas escavados igualmente sob direcção daquele, em Outorela (CARDOSO *et al.*, 2014). A esta mesma época reporta-se também o casal agrícola de Gamelas (CARDOSO & SILVA, 2012).

Já à fase terminal da Idade do Ferro, corporizando transição em continuidade para o período romano republicano pertencem os restos recolhidos no estabelecimento agrícola de Leião (CARDOSO *et al.*, 2010/2011 b), bem como os identificados no Centro Histórico de Oeiras, testemunhando uma ocupação imediatamente antecedente da presença romana no local. Com efeito, na área correspondente à implantação da *villa* romana de Oeiras, entre diversas produções sidéricas locais ou regionais recolheu-se fragmento de ânfora neopúnica da forma Mañá C2 (Fig. 2), produzida em Cartago e nas feitorias do estreito de Gibraltar (CARDOSO, 1996), resultante do comércio marítimo já então sob administração romana, pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia. A estes materiais, recolhidos por José Leite de Vasconcelos no início do século XX, somam-se outros, resultantes das escavações ali realizadas sob orientação do primeiro signatário, de que resultaram também a identificação de vários muros de alvenaria, de planta rectilínea, da mesma época, subjacentes e adja-

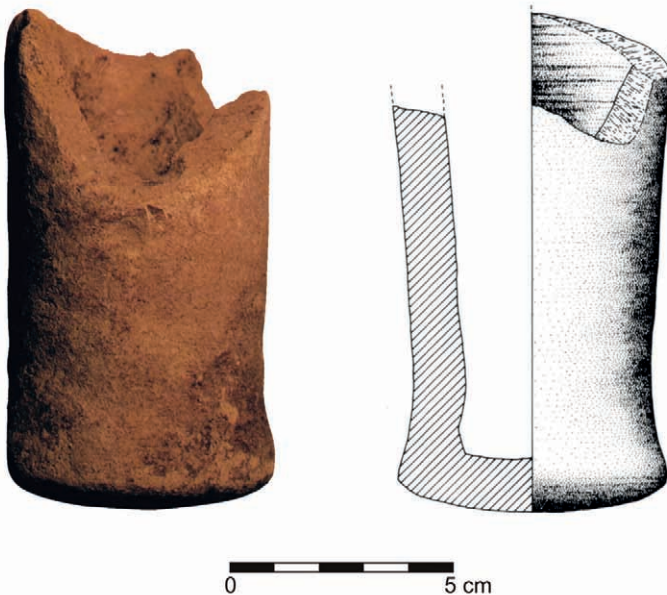


Fig. 2 – Fundo de ânfora neopúnica Mañá C2 recolhida na área da *villa* romana de Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia. Foto de J. L. Cardoso. Desenho de B. Ferreira (seg. CARDOSO, 1996, modificado).



Fig. 3 – *Villa* romana de Oeiras. Muros de alvenaria do final da Idade do Ferro subjacentes ao nível onde assentou o mosaico romano. Escavações e foto de J. L. Cardoso.



Fig. 4 – Estabelecimento romano de Leião. Jarro de cerâmica cinzenta fina, de tradição da Idade do Ferro, decorado por linhas incisadas no colo e no bojo. Diâmetro máximo: 18,0 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 75).



Fig. 5 – Estabelecimento romano de Leião. Fragmento de cerâmica comum, talvez inspirado em ânfora vinária de tradição greco-italica. Altura máxima do fragmento: 11,3 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 76).

centes ao local onde se implantou o conhecido mosaico romano adiante caracterizado (Fig. 3). Entre os espólios cerâmicos associados a essas estruturas cita-se um fragmento de asa anular, provavelmente pertencente a uma ânfora neopúnica e um fragmento de vaso de cerâmica cinzenta fina expostos na exposição de arqueologia do Concelho de Oeiras patente na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Também as escavações efectuadas no estabelecimento rural romano de Leião permitiram recuperar alguns exemplares de forte tradição sidérica local, como é o caso de um jarro de cerâmica cinzenta fina (Fig. 4), com paralelos mais antigos recuperados em Outurela e em Gamelas, associado a diversos materiais de origem itálica, designadamente fragmento de uma raro recipiente de cerâmica comum, talvez inspirado em ânfora vinária de tradição greco-italica do século II/I a.C. (Fig. 5), e uma base de recipiente de engobe negro, tipo campaniense da Classe B, forma Lamboglia 1, cerca de 125-30 a.C., materiais também expostos na referida exposição.

3 – O PERÍODO ROMANO IMPERIAL EM OEIRAS

3.1 – O mundo dos vivos

O período romano imperial, cujo antecedente imediato, no território oeirense, remonta ao final do período romano republicano, encontra-se documentada no estabelecimento rural romano de Leião e também na *villa* romana de Oeiras, podendo ser caracterizado, com base nos testemunhos até agora recuperados, do modo



Fig. 6 – Estabelecimento romano de Leião. Aspecto parcial das escavações realizadas em 2008. Notar a existência de compartimentos definidos por muros de desenvolvimento ortogonal. Escavações e fotos de J. L. Cardoso.

como a seguir se apresenta. O estabelecimento de Leião documenta a aculturação precoce aos padrões e modos de vida romanos, logo desde finais do século I a.C. Situa-se a sul de Leião em terrenos calcários, em região de declives suaves, propícia ao policultivo, característico dos estabelecimentos agrícolas do período romano. Ali existiriam searas, olivais e vinhas, produções características da trilogia mediterrânea, a par de pomares e de hortas, que forneciam legumes frescos. O estabelecimento ali implantado seria, pois, auto-suficiente, podendo integrar, a par de outros existentes na região, como a *villa* romana de Oeiras, ou a *villa* de Freiria, actualmente no vizinho concelho de Cascais, o dispositivo de abastecimento alimentar da importante urbe de *Olisipo*, à semelhança do anteriormente verificado com os casais agrícolas da Idade do Ferro (CARDOSO & CARDOSO, 2005).

As escavações realizadas em 2008 sob a direcção do primeiro signatário puseram a descoberto um edifício de planta sub-rectangular, já muito destruído e incompleto, com o comprimento de 16,5 m e a largura média de 10,0 m (Fig. 6). Este edifício encontrava-se compartimentado interiormente em várias dependências, entre as quais a cozinha, com o chão parcialmente forrado de tijoleiras quadrangulares, na área do lar (Fig. 7). Um dos compartimentos, possuindo paredes cobertas de estuque pintado (Fig. 8), correspondia à dependência mais nobre da habitação. Identificaram-se diversas actividades domésticas, como a fiação, documentada por cossoiros tronco-cónicos (Fig. 9) e a tecelagem, comprovada por um conjunto de pesos de tear paralelipipédicos de barro (Fig. 10) concentrados numa área restrita, na qual se localizaria por certo o tear. A preparação de alimentos e de diversos produtos está ilustrada pela descoberta de fragmentos



Fig. 7 – Estabelecimento romano de Leião. Foto de lar, com embasamento de tijoleiras quadrangulares, mais ou menos alteradas pelo fogo. Escavações e foto de J. L. Cardoso.

de almofarizes de barro, com as características estrias interiores para facilitarem a maceração, de produção bética. A tipologia de alguns dos materiais exumados, evoca produções locais da Idade do Ferro, como é o caso dos diversos recipientes de cerâmica cinzenta, acompanhados de materiais importados de origem itálica dos séculos II/I a.C., constituindo, deste modo, os mais antigos produtos daquela natureza registados na região. A esses produtos, juntam-se cerâmicas de mesa, como taças de *terra sigillata* do tipo itálico, forma Consp. 22 (15 a.C.-15 d.C.) e sudgálica, forma Drag. 24/25 (20-60 d.C.) com grafito após cozedura (Fig. 11), a que se juntam diversos recipientes de “paredes finas”, com decorações de espinhas em barbotina (1.ª metade do séc. I a.C./período augustano) (Fig. 12) e em folha de água e palmeta, da época tiberiana ou flávia (CARDOSO, 2011). Destacam-se também duas fíbulas de arco tipo Aucissa, características de um lapso temporal que vai dos finais do século I a.C. a meados do século I d.C. (Fig. 13), e um pendente de bronze em forma de crescente, munido de



Fig. 8 – Estabelecimento romano de Leião. Estuques pintados que revestiam o compartimento nobre do complexo doméstico. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de B. L. Ferreira (seg. CARDOSO et al., 2010/2011 b).



Fig. 9 – Estabelecimento romano de Leião. Cossiros (volantes de fusos de tear) cónicos de produção local ou regional. Diâmetro do maior: 5,4 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 83).



Fig. 10 – Estabelecimento romano de Leião. Conjunto de pesos de tear, de produção local ou regional, recolhidos em espaço circunscrito da área doméstica, correspondendo à localização de um tear. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 84).



Fig. 11 – Estabelecimento romano de Leião. Fragmentos de taças de *terra sigillata*. Em cima, de tipo itálico, forma Consp. 15 (15 a.C.-15 d.C.). Em baixo, de produção sudgálica, forma Drag. 24/25 (20-60 d.C.), com grafito aberto após cozedura. Comprimento máximo do maior exemplar: 4,1 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 85).



Fig. 12 – Estabelecimento romano de Leião. Recipiente de “paredes finas” de forma indeterminada, com decoração de espinhas em barbotina (2.^a metade do século I a.C./período augustano). Comprimento máximo: 2,7 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 88).

furo para suspensão (Fig. 14), atribuível a amuleto utilizado nos arreios das montadas, com paralelos em Roma, como é o caso dos arreios dos cavalos das personagens representadas nos quatro lados da base da coluna de Antonino Pio (138-161 d.C.), presente-mente exposta no Museu do Vaticano. Esta tradição apotropaica prolongou-se até à actualidade, tanto no que aos humanos diz respeito, como igualmente no que concerne à protecção dos cavalos contra o mau olhado, reproduzindo Leite de Vasconcelos muitos exemplares comparáveis ao recolhido em Leião (VASCONCELOS, 1985, p. 257 a 259).

Foram ainda descobertos três numismas: um Asse de Emerita Augusta, a actual cidade de Mérida, cunhado no reinado de Augusto (23 a.C.-14 d.C.) (BURGOS, 1984, n.º 1536; BLÁZQUEZ CERRATO, 1992, Lám. 2, n.º 6) (Fig. 15); um Quadrante de Calígula, cunhado no ano 40 d.C., correspondendo a cunhagem comemorativa da abolição de imposto, promulgada pelo imperador naquele ano, conforme consta do campo do reverso, pela abreviatura através das iniciais RCC, “remissa ducentésima” (SEAR, 2000, n.º 1804); e um Dupôndio cunhado em nome de Antónia, filha de Marco António e de Octávia, no reinado de Cláudio (41-54 d.C.) (SEAR, 1981, n.º 496).



Fig. 13 – Estabelecimento romano de Leião. Duas fíbulas de arco de tipo Aucissa. Bronze. Comprimento máximo da menor: 5,2 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).



Fig. 14 – Estabelecimento romano de Leião. À esquerda: aplique pendente, em forma de crescente, atribuível a amuleto fixado aos arreios das montadas. Comprimento máximo: 7,7 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos. À direita: pormenor da coluna triunfal de Antonino Pio (138-161 d.C.), presente-mente no Museu do Vaticano observando-se os amuletos em forma de crescente, idênticos ao recolhido em Leião, aplicados aos arreios das montadas. Foto de J. L. Cardoso (seg. CARDOSO, 2011 e CARDOSO *et al.*, 2010/2011 b).



Fig. 15 – Estabelecimento romano de Leião. Asse de Emerita Augusta (Mérida), cunhagem de Augusto, com alusão ao rio Guadiana no anverso, e à fundação da cidade, com a representação de junta de bois e arado que delimitou o perímetro da cidade romana, no reverso (23 a.C.-14 d.C.). Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 90, modificada).

Deste modo, se a fundação deste estabelecimento rural se pode situar nos finais do período republicano, o respectivo abandono verificou-se em meados do século I d.C., dado que no espólio recuperado não existem elementos de cronologia seguramente mais moderna, tendo ocorrido de forma súbita. Na verdade, resultou da destruição por completo do edifício pela deflagração de um incêndio, tendo os antigos pavimentos, alterados pelo calor, sido selados pelo derrube da cobertura, constituída quase exclusivamente por telhas curvas (*imbrices*) (Fig. 16). Tal situação certifica que todos os artefactos encontrados sob esta camada estariam em uso aquando do desastre, no que poderá ter sido uma habitação de um domínio agrário constituído logo no início da dominação romana na região, a qual não voltou a ser reconstruída, resultando nisso o seu maior interesse (CARDOSO *et al.*, 2010/2011 b). Com efeito, são muito escassos os elementos informativos sobre os estabelecimentos rurais do período augustano e, mais ainda, aqueles que forneceram espólios homogêneos, representativos e sincrónicos,



Fig. 16 – Estabelecimento romano de Leião. Camada constituída por fragmentos de telhas curvas (*imbrices*) resultantes do abatimento do telhado na sequência do incêndio generalizado ocorrido em meados do século I d.C. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de J. L. Cardoso.

por corresponderem a uma estreita “janela” temporal de utilização dos respectivos espaços domésticos, como é o caso.

Regista-se ainda a ocorrência de uma ânfora do tipo Almagro 51 C, variante A, quase completa, transição séculos II / III d.C. encontrada junto à estrada nacional de Leião – Cacém, em terrenos adjacentes ao Taguspark (CARDOSO & CARDOSO, 1993) (Fig. 17). A produção regional deste tipo anfórico encontra-se documentada nos fornos situados na margem Sul do Tejo, tanto em Porto dos Cacos, Alcochete, como na Quinta do Rouxinol, Seixal e destinava-se ao envase de preparados piscícolas, produzidos em fábricas existentes ao longo de ambas as margens do estuário do Tejo sendo fabricado do século III d.C. em diante. A ocorrência deste exemplar da variante A, que é raríssimo neste estado de conservação, pois apresenta-se quase completo, em plena área agrícola, sugere que os preparados que continha, para além de exportação, seriam consumidos localmente, por parte do estrato populacional mais rico, afinal aquele que, desde o século II ou I a.C. importava vinho do Mediterrâneo, como comprovam o fragmento de ânforas neopúnicas e greco-ítálicas recolhidos respectivamente em Oeiras e em Leião, como já anteriormente se referiu.

Na *villa* romana de Oeiras, presentemente localizada na Rua das Alcássimas, no Centro Histórico de Oeiras realizaram-se também escavações em extensão, de carácter plurianual sob a responsabilidade do primeiro signatário.



Fig. 17 – Estrada Leião-Cacém, área adjacente ao actual Taguspark. Ânfora Almagro 51C, variante A, transição dos séculos II/III d.C. Comprimento máximo: 48 cm. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 96).

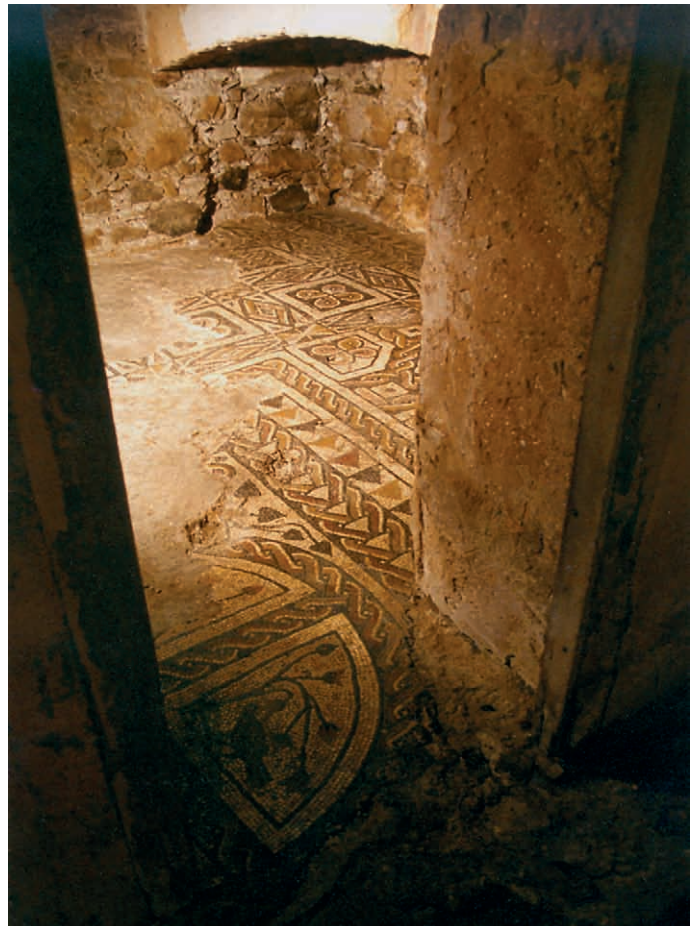


Fig. 18 – *Villa* romana de Oeiras. Vista parcial da implantação original do mosaico, na cave de casa setecentista do centro histórico de Oeiras (Rua das Alcássimas). Escavações de J. L. Cardoso. Foto de B. L. Ferreira (seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996).

Tratava-se de estabelecimento implantado em suave encosta, voltada a poente, situado na margem esquerda da ribeira da Lage, da qual dista em linha recta cerca de 150 m. As explorações interessaram a *pars urbana* da *villa*.

Porém, ao contrário do observado em Leião, a ocupação humana continuou até ao Baixo Império, com base em alguns dos materiais recolhidos, com destaque para a peça mais notável, o célebre mosaico que ali foi identificado em 1903 (VASCONCELOS, 1916), cujo estudo detalhado foi ulteriormente realizado (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996).

Trata-se de mosaico policromo, cujo centro se encontra preenchido por medalhão central, repartido em quatro quadrantes, decorados com aves, possivelmente pombas, debicando botões ou flores de coloração vermelha. O motivo central encontra-se enquadrado por composição geométrica, atingindo a peça musiva, no total, cerca de 7,11 m de comprimento por 4,74 m de largura, ou seja, vinte e quatro por dezasseis pés romanos (Fig. 18). Em 2006, a intervenção executada em divisória térrea da habitação setecentista adjacente à que era ocupada pela maioria do mosaico (Fig. 19), permitiu a identificação da bordadura do mesmo, ao longo de um dos seus lados maiores (Fig. 20).

Do ponto de vista estilístico, tecnológico e iconográfico, o mosaico foi atribuído pelos referidos autores aos séculos II ou III d.C., sendo, no entanto, segundo outros autores, mais tardio (BORGES, 1996), precisando um deles a sua atribuição ao século IV d.C. (OLIVEIRA, 2003). Pela sua evidente importância, traduz a riqueza do proprietário da *villa*, onde provavelmente ocuparia o *triclinium*.

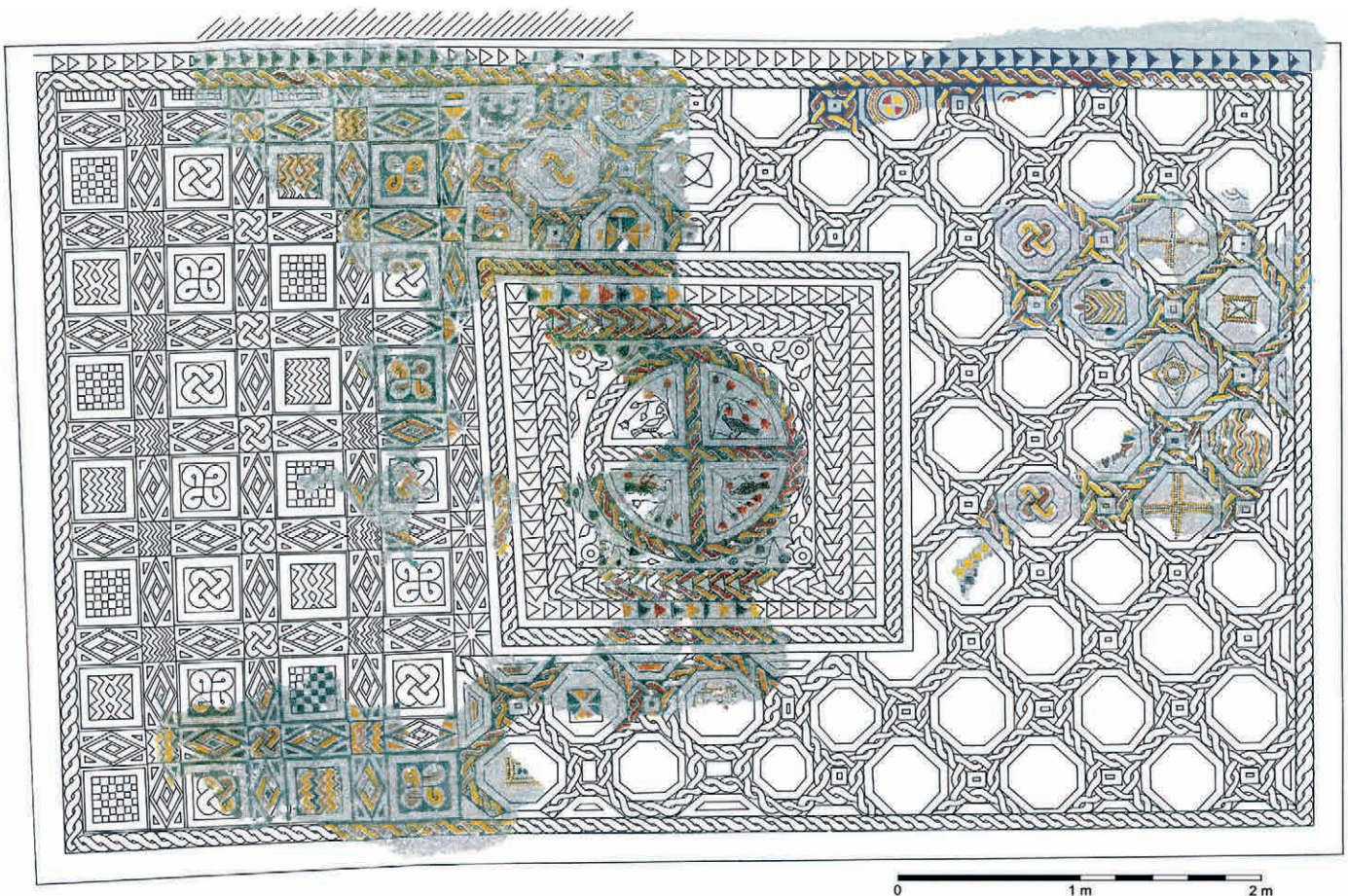


Fig. 19 - *Villa romana de Oeiras*. Levantamento planimétrico do mosaico romano, contendo ensaio de reconstrução do mesmo (seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996, modificado).



Fig. 20 – *Villa* romana de Oeiras. Pormenor do sector da bordadura do mosaico identificado em 2007, quando se explorou compartimento da habitação setecentista adjacente ao que conservava a parte principal do mesmo. Note-se, na imagem inferior, a existência de um muro da casa romana concordante com o limite do mosaico, mas situado a cota inferior ao nível deste, indicio de que este se trata de um melhoramento tardio na área urbana da *villa*, atribuível aos séculos II/III d.C., ou a época mais recente. Escavações e fotos de J. L. Cardoso.

A sua remoção em 1999 para posterior restauro, no âmbito da reabilitação do edifício setecentista onde se localizava permitiu alargar a investigação arqueológica correspondente ao piso térreo da referida edificação setecentista, incluído os depósitos sobre os quais se assentou o mosaico. Assim, em 2000 e, depois, entre 2004 e 2007, as sucessivas campanhas de escavação realizadas conduziram à identificação de outros compartimentos da *villa* romana, além de estruturas e espólios mais antigos e mais recentes, como é usual em espaços urbanos que conheceram uma larga diacronia ocupacional. Com efeito, os materiais recuperados nesta importante intervenção de arqueologia urbana revelaram, como é usual neste tipo de trabalhos, cronologias desde o final do Calcolítico até à Época Moderna.

Merecem destaque, no que concerne à ocupação pré-histórica, os fragmentos de cerâmicas campaniformes, da segunda metade do III milénio a.C., sucedidos por numerosos materiais do Bronze Final (séculos XI a IX a.C.), avultando belos exemplares das características cerâmicas de ornatos brunidos, já publicados (CARDOSO, 2016/2017). O final da Idade do Ferro (séculos III-II a.C.) encontra-se igualmente ali representado, tanto pelos materiais já atrás mencionados, como por estruturas habitacionais de planta ortogonal, antecedendo imediatamente a ocupação romana. Esta está muito bem documentada por espólios sobretudo de época imperial, que comprovam a ocupação do local desde o século I ao século IV d.C. Nesse âmbito destaca-se fragmento de taça de terra *sigillata* sudgálica do século I d.C., e a porção de recipiente de “paredes finas”, importação bética, com decoração de areia, da mesma época (Fig. 21), a que acresce bocal de ânfora munido de 2 asas do tipo Dressel 14, variante A, do 3.º quartel do século I d.C. (Fig. 22). Aos séculos II/III d.C., pertence fragmento de lucerna, enquanto ao século IV d.C. se reporta fragmento de bocal de ânfora Almagro 51 C, de importação bética, do século IV d.C. (CARDOSO, 2011).



Fig. 21 – *Villa* romana de Oeiras. Recipiente de “paredes finas”, de importação bética, com decoração de areia, do século I d.C. Altura máxima: 3,1 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de B. Ferreira.



Fig. 22 – *Villa* romana de Oeiras. Bocal de ânfora Dressel 14, variante A, do 3.º quartel do século I d.C. Comprimento máximo: 22,5 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 91).

Com este importante estabelecimento podem ainda relacionar-se duas peças relevantes: uma pequena estatueta de bronze, representando *Eros*, segurando uma pomba, sobre o peito, com ambas as mãos (Fig. 23), pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia e já publicada (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ 1996); e uma cabeça marmórea, eventualmente romana, provavelmente oriunda da mesma *villa* (FERREIRA & FERREIRA, 1962), em mármore branco finíssimo, representando aparentemente um fauno, reaproveitada em fontanário do Jardim Municipal de Oeiras, a qual se encontra presentemente integrada na Exposição Permanente de Arqueologia do Concelho de Oeiras, na Fábrica da Pólvora de Barcarena (Fig. 24).

Em 2017/2018, as escavações arqueológicas realizadas sob direcção do primeiro signatário na Rua Marquês de Pombal, n.ºs 5 e 7 do Centro Histórico de Oeiras puseram a descoberto outras estruturas romanas, situadas a cerca de 150 m de distância do local anterior (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018). Foram registados muros rectilíneos, que configuram arquitectura doméstica ortogonal, idêntica à observada em Leião (Fig. 25) e, tal como ali, associados a um nível constituído pelo desabamento do telhado, igualmente constituído por *imbrices* (Fig. 26). Esta primeira fase de ocupação romana do local está representada por espólios pouco abundantes, e que se apresentam fortemente misturados com materiais mais modernos, indício de uma realidade muito comum em contextos urbanos, em que as sucessivas ocupações provocaram perturbações nos depósitos anteriormente formados, num *continuum* que se estende, em geral, até à actualidade.

São de destacar algumas peças utilitárias de cerâmica comum como é o caso de fragmento de bordo de taça, de cozedura semi-redutora (Fig. 27, n.º 1), recolhido por



Fig. 23 – *Villa* romana de Oeiras. Estatueta de bronze, representando *Eros*, segurando uma pomba, sobre o peito, com ambas as mãos. Museu Nacional de Arqueologia. Altura máxima: 13,6 cm. Foto de J. L. Cardoso (seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ 1996).

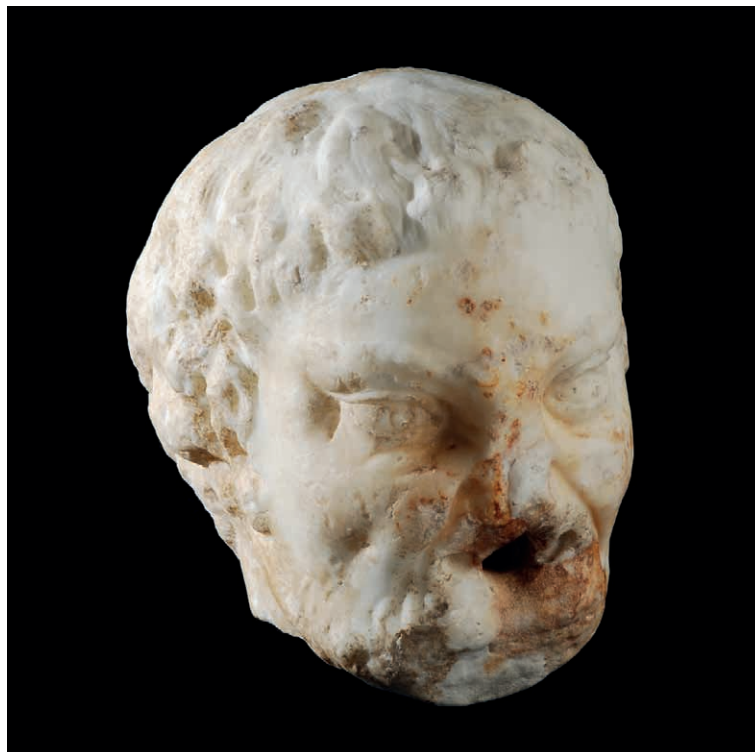


Fig. 24 – *Villa* romana de Oeiras. Cabeça provavelmente romana, de fauno, em mármore branco de grão finíssimo. Altura máxima: 24 cm. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).



Fig. 25 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Muros ortogonais de alvenaria pertencentes à primeira fase da ocupação identificada, desde os inícios do Alto Império até aos finais do século II d.C. Escavações e foto de J. L. Cardoso.



Fig. 26 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Nível de abatimento do telhado de um dos compartimentos do edifício de planta ortogonal, idêntico ao observado no estabelecimento romano de Leião (ver Fig. 16). Escavações e foto de J. L. Cardoso.

debaixo das telhas e idêntico a outros encontrados na *villa* de Freiria, datados dos finais do século II a.C. aos finais do século I d.C. (CARDOSO, 2018, p. 325, Fig. 250 e 251), cronologia idêntica à do estabelecimento romano de Leião.

Mais significativo é o grupo das panelas, das quais a de tipologia mais antiga provém dos 40-60 cm de profundidade, na camada de telhas, correspondente a produção bética. O seu bordo triangular revela semelhanças com o exemplar do grupo II das produções locais de Mérida, datado de meados do século I a inícios do século II (BUSTAMANTE, 2012, p. 415, 432, Fig. 8, n.º 24).

Esta fase de ocupação mais antiga está documentada também por duas moedas, dois asses, um deles cunhado num oficina hispânica não identificável, tendo no anverso a cabeça de Augusto virada à esquerda e reverso ilegível (Fig. 28), sendo o outro inclassificável.

De referir ainda que, sob a camada de abatimento do telhado, se recolheu um cabo de marfim (Fig. 29), pertencente a sombrinha, peça de assinalável raridade e que atesta o requinte, proporcionado pelo desafogo económico de alguns dos habitantes do espaço em causa, no decurso da primeira fase da ocupação, provavelmente logo no seu início, na época augustana.

São ainda de destacar como elementos datáveis desta fase mais antiga, um fundo de ânfora do tipo Haltern 70 (Fig. 27, n.º 2), produção da Bética. Transportava habitualmente *defrutum*, e circulou entre os finais do século I a.C. a meados do século I d.C. e um fragmento de asa com uma canelura externa, característica do tipo Dressel 14, produção do Tejo, da segunda metade do século I a finais do século II d.C., de cronologia imediatamente anterior à de um fragmento de taça de *terra sigillata* africana A, tipo Hayes 27 (Fig. 27, n.º 3), datável entre os finais do século II e meados do século III d.C., recolhida na zona 3, no estrato de telhas (CARDOSO *et al.*, 2021).

A esta primeira etapa de ocupação sucedeu-se uma outra, por certo em continuidade, igualmente representada por muros rectilíneos mas de pior qualidade, associados a espólios tardo-romanos. É o caso de fragmento de boca de ânfora com arranque de asa, do tipo Almagro 51c, produção do Tejo/ Sado. É uma forma que aparece habitualmente em contextos dos finais do século IV a meados do século V d.C. (CARDOSO,

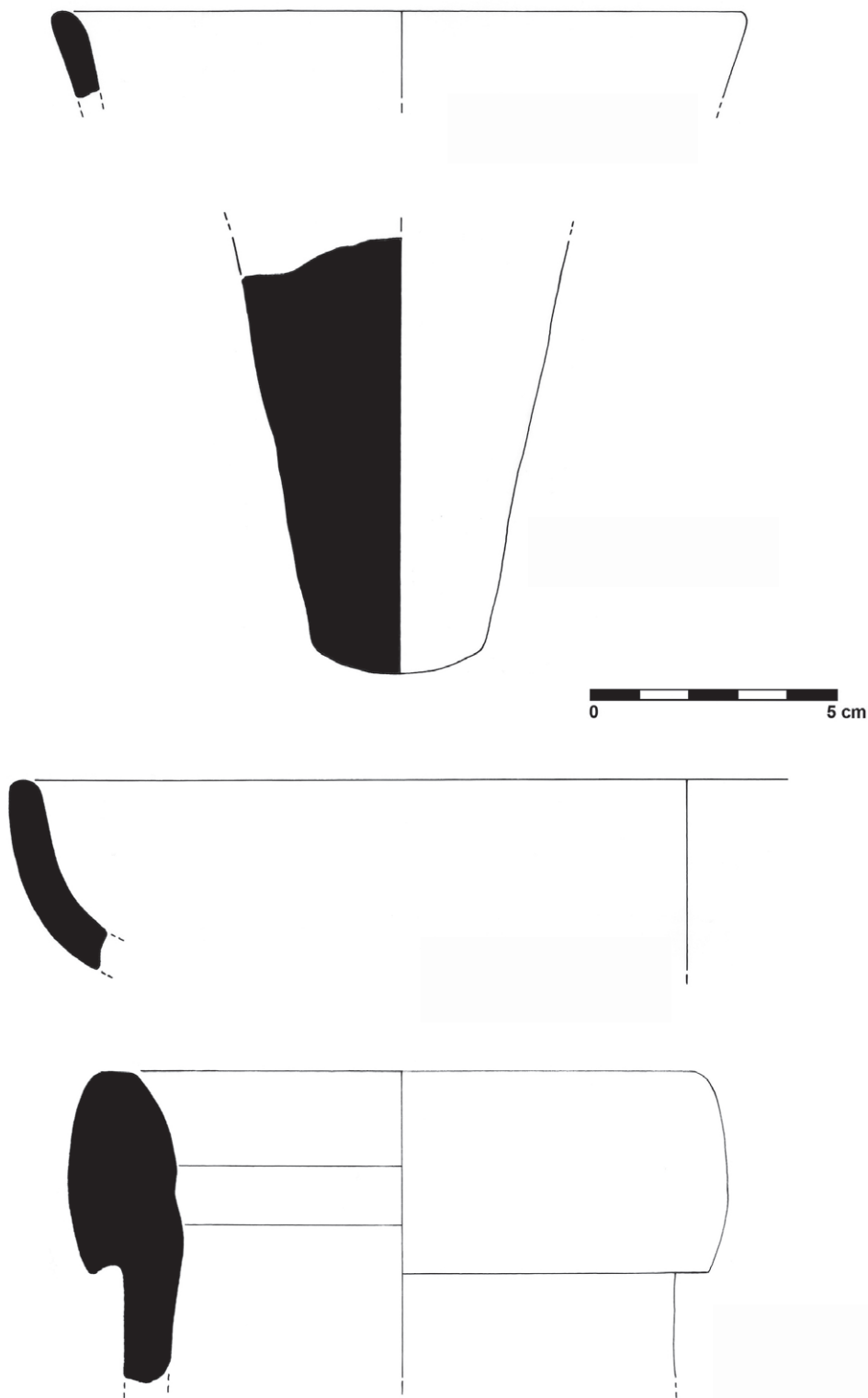


Fig. 27 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Alguns espólios representativos da primeira fase de ocupação do local e da fase subsequente, a partir dos finais do século II d.C. 1 – bordo de taça recolhido por debaixo da camada de abatimento do telhado (ver Fig. 26). Finais do século II a.C. aos finais do século I d.C.; 2 – bico de ânfora do tipo Haltern 70, produção da Bética. Finais do século I a.C. a meados do século I d.C.; 3 – fragmento de taça de *terra sigillata* africana A, tipo Hayes 27. Finais do século II e meados do século III d.C., recolhida na camada de derrube do telhado; 4 – bocal de ânfora do tipo Africana II/Keay VI datável entre 230-350 d.C. Escavações de J. L. Cardoso. Desenhos de F. Martins (seg. CARDOSO *et al.*, e.p.).

2009, p. 69). Indicações cronológicas mais precisas são as fornecidas por fragmento de boca de ânfora, recolhida a 40-60 m de profundidade, do tipo Africana II/Keay VI (Fig. 27, n.º 4), datável entre 230-350 d.C. Trata-se de uma ânfora produzida no Norte de África, utilizada para transporte de azeite, pastas de peixe e vinho.

Verifica-se assim que os materiais anfóricos atestam a importância do local, bem como a circulação de bens numa perspectiva económica, com especial destaque para o consumo de produtos exógenos (CARDOSO *et al.*, 2021).

Esta realidade continua bem presente no decurso da fase seguinte de ocupação do local, já da Antiguidade tardia, cujos espólios, ainda que escassos, são representativos da manutenção do comércio de longo curso entre o Mediterrâneo e o Ocidente Peninsular atlântico (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018). Nas Figs. 30 e 31 representam-se alguns exemplares característicos de tais produções.

Regista-se a recolha de bordo de taça em *terra sigillata* africana clara D, do tipo Hayes 67 produzida entre a 2.ª metade do século IV e a 2.ª metade do século V d.C. Inseridos na mesma tipologia foram encontrados na *villa* romana de Freiria nove exemplares (CARDOSO, 2016, p. p. 340), enquanto no Alto do Cidreira, a intervenção ali realizada ofereceu uma única peça (SEPÚLVEDA, BOLILA & SANTOS, 2014/2015, p. 367); a 40-60 cm de profundidade, foi exumado um fragmento de prato de *terra sigillata* africana D, do tipo Hayes 59, com cronologia entre o 2.º quartel do século IV e meados do século V d.C.

Identificou-se também fragmento de bordo de *terra sigillata* africana clara D, do tipo Hayes 96, forma rara da qual se conhece um único exemplar de perfil completo e vários fragmentos de bordo (HAYES, 1972,



Fig. 28 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Asse de Augusto de oficina hispânica não identificada. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de F. Martins (seg. CARDOSO *et al.*, 2021).



Fig. 29 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Cabo de marfim torneado de sombrinha recolhido sob a camada de abatimento do telhado do edifício, sendo reportável à primeira fase de ocupação do sítio, provavelmente ao seu início, no tempo de Augusto. Escavações de J. L. Cardoso. Desenho e foto de F. Martins.

p. 149 e 150). Em Conimbriga foram estudados dois fragmentos provenientes de escavações anteriores a 1962 (DELGADO, 1975, p. 266, n.ºs 107 e 108).

Enfim, reconheceram-se ainda dois fragmentos de cerâmica focense, da primeira metade do século VI d.C., correspondentes a um bordo do tipo Hayes 3F (igualmente representados nas Fig. 30 e 31) e um pé de variante indeterminada. Este tipo de cerâmica assume particular relevância na zona das *villae* romanas de Cascais, onde foram recolhidos vários exemplares em contextos da antiguidade tardia (CARDOSO, 2002) e também nos concelhos limítrofes de Sintra e Amadora (SOUSA, 2001, p. 202).

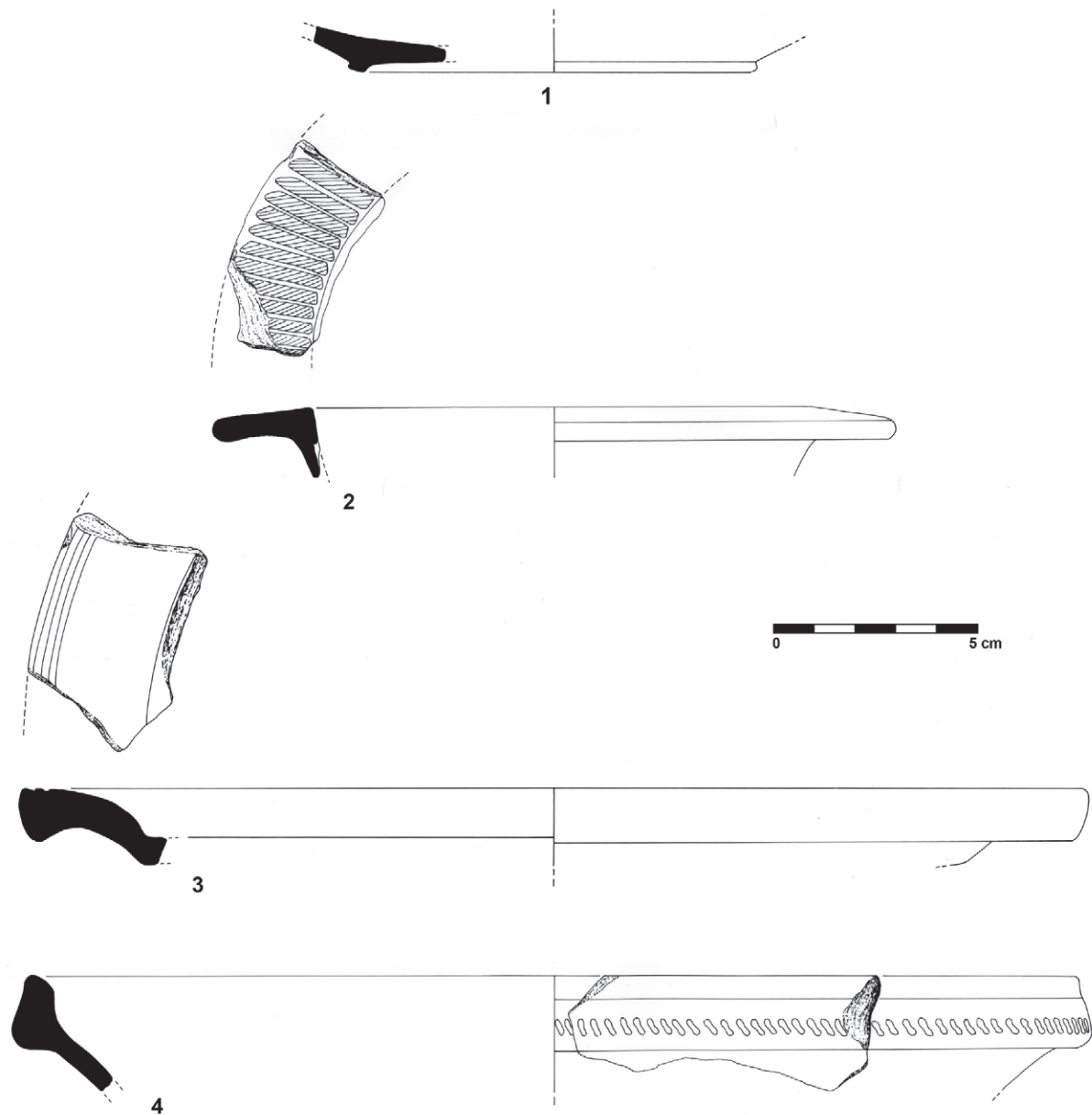


Fig. 30 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Produções cerâmicas da Antiguidade Tardia. 1 – Fragmento de produção focense. Fundo com pé anelar, de tipo indefinido; 2 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96; 3 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 67; 4 – Fragmento de bordo de taça focense. Tipo Hayes 3, variante F. Escavações de J. L. Cardoso. Desenhos de F. Martins (seg. CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018).

Assim, pode concluir-se que a circulação de cerâmicas finas de fabrico norte africano e das costas do Mediterrâneo oriental, em diversos contextos dos séculos V-VI d.C. da região do *ager olisiponensis*, apesar das alterações socioeconómicas resultantes da queda do Império Romano e consequentes invasões bárbaras continuou a ser uma realidade bem documentada pela arqueologia. O comércio marítimo continuou a realizar-se, mantendo antigos hábitos de uso e ostentação das classes mais elevadas, detentoras das propriedades rurais em torno da cidade de *Olisipo*. No local em apreço, dada a proximidade da costa, era provável que a comunidade que ali permanecia no decurso dos séculos V e VI d.C., desse apoio às embarcações que aportavam à pequena baía formada junto à foz da ribeira da Lage servindo aquele porto natural para cargas e descargas de mercadorias entre o campo e a capital.

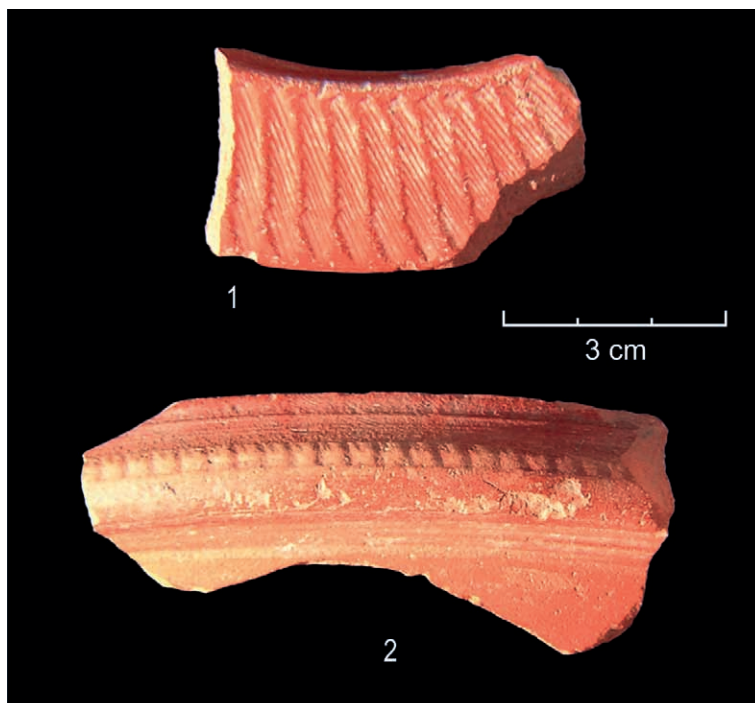


Fig. 31 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Produções cerâmicas da Antiguidade Tardia. 1 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96; 2 – Fragmento de bordo de taça focense. Tipo Hayes 3, variante F. Escavações e fotos de J. L. Cardoso (seg. CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018).

3.2 – O mundo funerário

3.2.1 – Alto Império

Para além dos testemunhos habitacionais referidos, o concelho de Oeiras possui algumas evidências do mundo funerário, documentadas por inscrições e necrópoles.

Entre as primeiras, deve referir-se a inscrição de Mária Búcia encontrada em Peça-Vinagre (Cacilhas) cuja leitura é a seguinte:

MARIA · G · F · /BOVTIA · /· H · S · cuja tradução é: “Aqui jaz Mária Búcia, filha de Gaio”.

Esta inscrição, primeiramente publicada por um de nós (J.L.C.) com G. Cardoso (CARDOSO & CARDOSO, 1993), que ulteriormente a estudou com mais detalhe (CARDOSO, 1995), corresponde a uma estela, de calcário regional do tipo lioz, com 155 cm de altura e de topo arredondado, decorada na parte superior por rosácea de nove pétalas, em relevo moldurado por duas nervuras (Fig. 32).

Inspirada em congéneres itálicos, apresenta-se como protótipo de sobriedade e elegância. As letras e a própria epígrafe primam pela cuidada simplicidade, razões que levaram a inscrever o monumento nos inícios do século I d.C. A defunta, cuja idade se desconhece, ostenta o nome de família *Maria*, que é claramente latino, mas a filiação (cognome) *Boutia*, é evidentemente indígena. Deste modo, a epígrafe exprime uma reunião harmoniosa entre o mundo indígena e a nova ordem social e administrativa trazida pelos Romanos, constituindo expressivo testemunho de aculturação bem sucedida, precocemente verificada na região (CARDOSO, 2011). Encontra-se na Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras.



Fig. 32 – Estela funerária de Mária Búcia. Alto da Peça 1 – Vinagre (Cacilhas). Início do século I d.C. Calcário lioz branco. Comprimento máximo: 155 cm. Exposição permanente de Arqueologia do Concelho de Oeiras/CEACO. Oferta de Germano Gonçalves Canas e Filho. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).

Outra epígrafe funerária, de interesse excepcional, é a que se encontra aberta na face de um grande bloco paralelepípedo de calcário branco sub-cristalino, de origem local, com o comprimento máximo de 118,0 cm. Recolhida em muro de quintal da calçada de Laveiras foi transportada nos inícios da década de 1960 para o Museu Nacional de Arqueologia, devendo-se a mais antiga referência conhecida desta inscrição a António José da Cunha, que a reproduz em manuscrito guardado na Real Academia de la Historia (Madrid), situando a sua descoberta em 1733 (PEREIRA, 1933, p. 108) (Fig. 33).

O texto, quase insólito, e que por tal motivo tem sido discutido até à actualidade, segundo uns, é o seguinte (ENCARNAÇÃO, 2001/2002):

[...] FLAVIVS · M(ARCI) · F(ILIVS) · GAL(ERIA TRIBU) · QUADRATUS / AQVILIFER · LEG (IONIS) · II (SECVNDAE) · SE VIVO / MVNIMENTVM · FECIT HIC MVNIMENTVS [sic] · CVM · MVNITIONI(BVS) / [ET] TRICILA [sic] · HER(REDEM) NON SE[QVETVR].

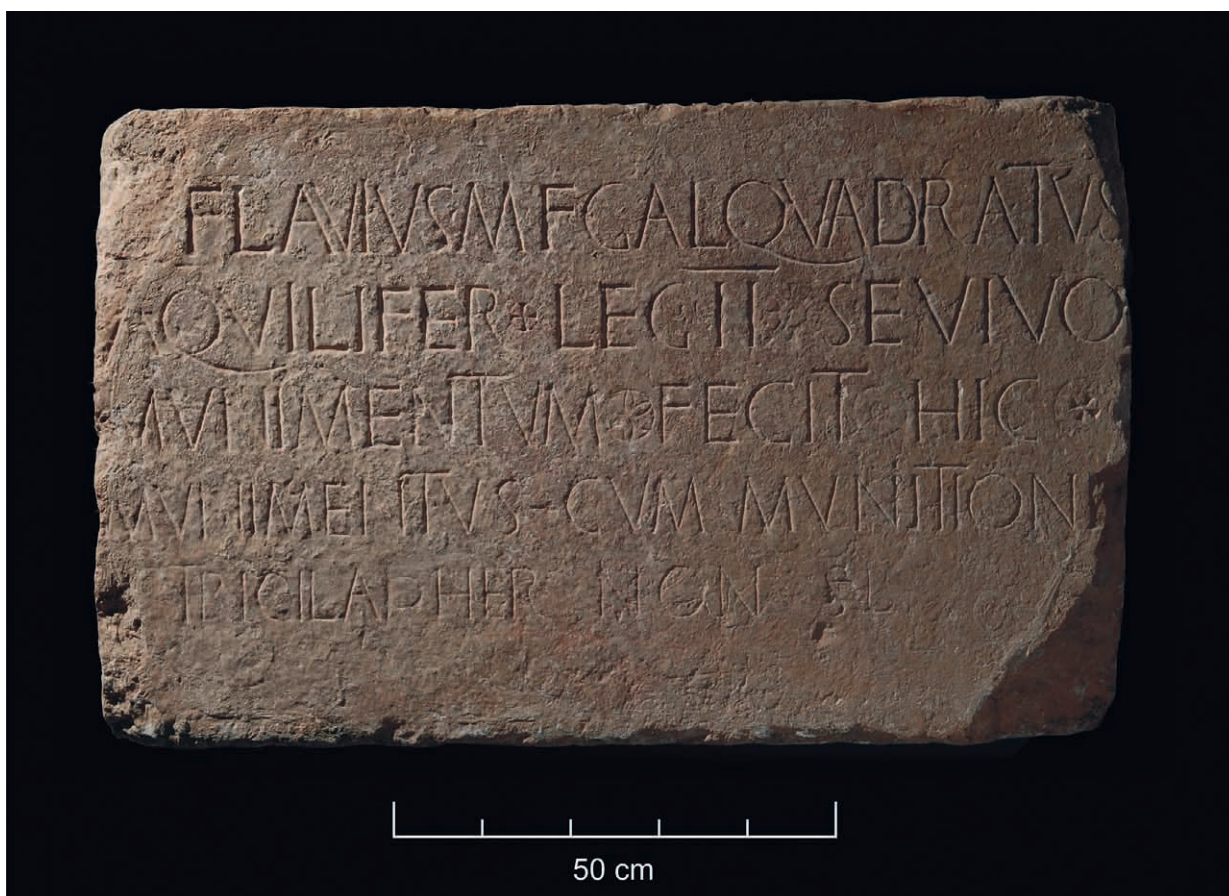


Fig. 33 – Lápide funerária do *aquilifer* Quinto Flávio Quadrado de Laveiras. Calcário lioz branco/rosado. Comprimento máximo: 118 cm. Museu Nacional de Arqueologia. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).

A tradução proposta por aquele autor é a seguinte: “(...) Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, em vida fez o monumento. Este monumento com munições e caramanchão não passam ao herdeiro.”

A última proposta interpretativa publicada (GUERRA, 2009), difere ligeiramente da anterior, correspondendo à seguinte lição:

Q(VINTVS) FLAVIVS M(ARCI) F(ILIVS) GAL(ERIA TRIBV) QVADRATVS / AQVILIFER LEG(IONIS) II
(SECVNDAE) SE VIVO /MVNIMENTVM (sic) FECIT HIC / MVNIMENTVS (sic) CVM MVNITIONE
TRIC(H)ILATO (sic) HER (EDES) NON SEQ (VETVR)

cuja tradução seria: “Quinto Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, mandou fazer em vida este monumento. Este monumento, com a sua estrutura em forma de caramanchão, não passará para os herdeiros”.

Trata-se de inscrição de características muito raras, e a única que, em território peninsular menciona um *aquilifer*, ou porta estandarte da águia legionária, neste caso incorporado na Segunda Legião que, tendo escolhido o local onde descansaria para sempre, mandou construir não só o seu túmulo propriamente dito, mas ainda um arranjo envolvente, com um caramanchão, tendo, porém, a preocupação de reservar o espaço só para ele, excluindo os seus herdeiros de, também, o poderem usufruir.

Abordando a presença no Império desta Legião, F. Alves Pereira (PEREIRA, 1933) concluiu que o referido *aquilifer* poderia ter sido recrutado na região lisbonense aquando do estacionamento da legião na Lusitânia, cuja presença reputa segura no tempo de Augusto, isto é, antes de 15 d.C. Tornada aqui desnecessária, foi mobilizada para Mogúncia, na Germânia, integrando soldados hispânicos, cujos epitáfios têm sido ali descobertos. Desconhecendo-se o percurso deste militar, admite-se que este, já no final da sua carreira, ocupando o alto posto de porta-estandarte, pudesse estar integrado na guarnição que controlaria a exploração aurífera a que respeita o próprio topónimo de Oeiras, na origem do qual se encontra a palavra latina *auraria*, correspondente a “mina de ouro”, sem dúvida relacionada com a exploração das areias do Tejo ou dos depósitos sedimentares por este outrora acumulados (GUERRA, 2009). Com efeito, é certo que tais explorações, feitas usualmente por conta do Estado, exigiam o estacionamento de tropas para assegurar a ordem. O autor, em abono desta conclusão invoca diversos argumentos de carácter cronológico, concluindo que o monumento teria sido edificado antes de 20 d.C., época em que a legião a que este militar pertencia permaneceu na Hispânia, podendo assim ter acompanhado pessoalmente a construção do seu próprio monumento sepulcral.

Em Laveiras assinala-se ainda a existência de lápide funerária reaproveitada, publicada por Félix Alves Pereira (PEREIRA, 1933), que configura a presença de um *vicus* ou *villa* no local (CARDOSO & CARDOSO, 1993).

3.2.2 – Baixo Império

Ao Baixo Império e período tardo-romano reportam-se seguramente duas necrópoles:

A necrópole de Sol Avesso em Porto Salvo, parcialmente explorada no ano de 1964, na sequência de obras de construção de bairro social que conduziram à sua identificação, e onde foram escavadas três sepulturas de inumação, (MATOS, 1970). Uma delas continha lucerna dos séculos III/IV d.C., cujo *discus*, muito erodido, representa provavelmente uma cena erótica (Fig. 34), e uma tigela de *terra sigillata* clara C, estudada em pormenor pelos autores (CARDOSO & ANDRÉ, 1997/1998) (Fig. 35). Trata-se de exemplar da forma Hayes 52B, pertencente ao estilo de transição de Hayes, onde predominam, a nível decorativo, as representações de motivos zoomórficos e de vegetais isolados, nas paredes e abas dos recipientes. Esta variante pode situar-se entre 280/300 d.C. e finais do século IV/princípios do século V d. C. (COUTINHO, 1997, p. 33). O exemplar de Sol Avesso pode, mais concretamente, situar-se entre finais do século III e meados do século IV d. C., atendendo ao tamanho do exemplar, critério invocado por J. S. Nolen (NOLEN, 1994) dado que os exemplares mais tardios são de maiores dimensões. As produções de *terra sigillata* clara C seriam originárias da Tunísia (CARANDINI, 1975, p. 62) sendo por essa razão, designadas por alguns

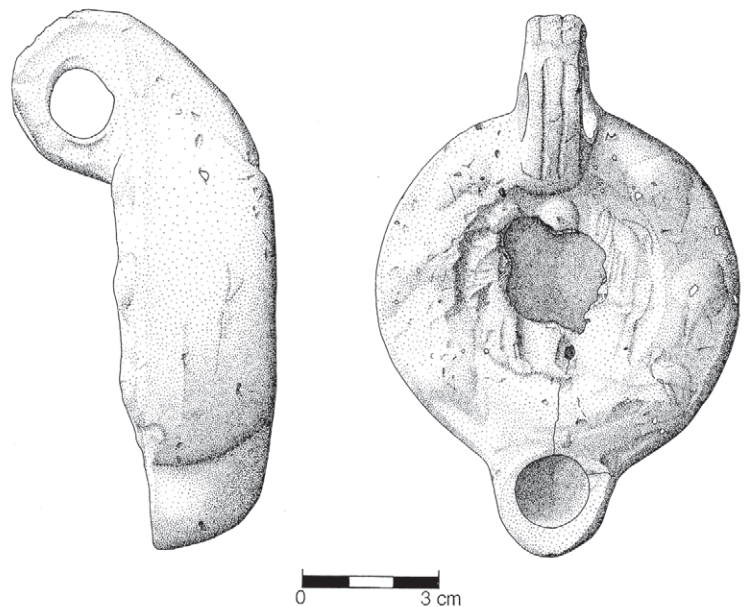


Fig. 34 – Necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo. Lucerna muito erodida com possível cena erótica representada no disco. Comprimento máximo: 12 cm. Foto C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).

autores por “*sigillata africana*”. Salienta-se a ampla difusão destas produções, distribuindo-se por todo o Mediterrâneo, desde a costa atlântica ao litoral do Mar Negro, com penetrações pela Europa, ao longo dos principais vales que a atravessam, de rios tributários do Mediterrâneo.

A outra necrópole tardo-romana, atingindo a Antiguidade Tardia ou mesmo o período visigótico é a da Junção do Bem (Fig. 36).

Nesta necrópole, José Leite de Vasconcelos, escavou quatro sepulturas no final de 1901, cujos trabalhos arqueológicos foram apenas mencionados pelo próprio em manuscritos conservados no arquivo do Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 37). Tais trabalhos foram, até 1996, época em que se publicaram pela primeira vez (CARDOSO & CARREIRA, 1996), apenas referidos por Vergílio Correia (1913), que ao estudar uma sepultura romana de Freiria, do vizinho concelho de Cascais, aludiu brevemente ao cemitério de Oeiras (VASCONCELOS, 1915, p. 322). Do local, presentemente conhecido pelo nome de “Junção do Bem” (na época “Quinta do Costa”) é provável que sejam provenientes diversas lápides funerárias romanas estudadas por HÜBNER (1892, inscrições n.ºs 5009, 5011 e 5016). O espólio exumado encontrado nos revolvimentos que antecederam a exploração arqueológica, foi escasso, noticiando-se apenas uma asa de ânfora e as grandes tijoleiras que integravam as diversas sepulturas destruídas. Referenciadas como “Cemitério de Oeiras”, conservam-se ainda diversos materiais no Museu Nacional de Arqueologia do final da Idade do Ferro (CARDOSO, 1996) ou da plena romanização, relacionando-se estes últimos com a *villa* (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996), cuja parte rústica se estenderia aos terrenos posteriormente ocupados pela necrópole. Comparativamente à necrópole de Talaíde, são assinaláveis as semelhanças na tipologia e organização das sepulturas sugerindo cronologia próxima. Em Talaíde obtiveram-se três datas de radiocarbono que sugerem utilização prolongada da necrópole, entre os meados do século II d.C. e os meados do século XI d.C. sendo no entanto, as sepulturas mais recentes totalmente desprovidas de espólio; tendo tal facto em consideração poderemos concluir que as quatro sepulturas escavadas da necrópole de Oeiras por J. Leite de Vasconcelos serão coevas das mais recentes de Talaíde, conclusão que pode estender-se à parte da necrópole anteriormente destruída, que também não parece ter oferecido espólio. A única oferenda funerária resume-se a uma concha não classificada em pormenor, recolhida por Leite de Vasconcelos na sepultura 4, a qual poderá considerar-se como oferenda fúnebre da comunidade cristã a um dos seus mortos. Neste contexto, as lápides romanas estudadas por HÜBNER (1892), a provirem do mesmo local, documentariam uma necrópole mais antiga, talvez coeva da ocupação da *villa* urbana situada actualmente no perímetro antigo de Oeiras.

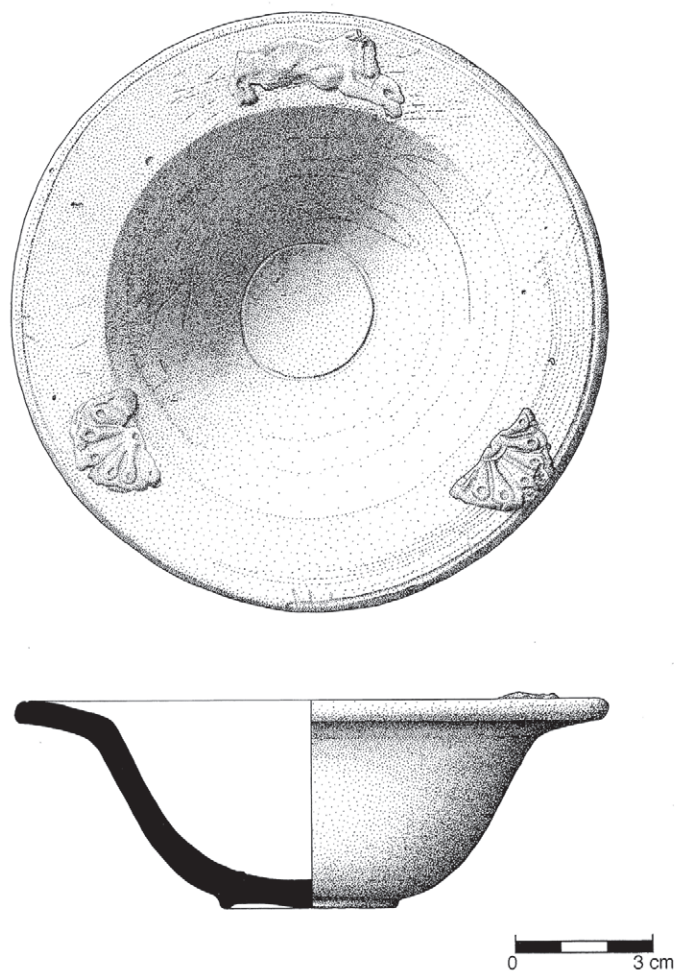


Fig. 35 – Necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo. Tigela de *terra sigillata* clara C tipo Hayes 52 B. Séculos III/IV d.C. Desenho de Bernardo Ferreira (seg. CARDOSO, 2011).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço actualmente ocupado pelo concelho de Oeiras foi precocemente romanizado; os elementos disponíveis indicam a presença de uma população autóctone aculturada, que adoptou completamente os hábitos romanos – até na morte – logo nos inícios do século I d.C.; a facilidade e rapidez deste fenómeno não é de admirar, dada a já longa convivência anterior dos habitantes da região com povos e culturas mediterrâneas, ao longo de toda a Idade do Ferro, conforme atestam os materiais que se encontram presentes nas estações romanas que foram objecto de explorações arqueológicas, como é o caso da *villa* de Oeiras e do estabelecimento agrícola de Leião. Segundo as constatações até agora realizadas no vizinho concelho de Cascais, as *villae* ali identificadas pertenceriam a cidadãos com desaforo económico que viveriam perto da cidade, mas independentes dela (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 1995), o que não significa que aquela não dependesse das produções agrícolas das *villae*, como os próprios autores reconhecem. Com efeito, para alimentar os cerca de 30 000 a 40 000 habitantes de *Olisipo*, no tempo de Augusto (ALARCÃO, 1990), seriam precisos múltiplos contributos das áreas circundantes, dependendo a grande cidade do abastecimento em géneros produzidos nas *villae* adjacentes. Assim, se as hortas e os pomares situados no aro imediato supriam diariamente as necessidades dos habitantes das *villae* e da própria urbe, já os cereais, o vinho e o azeite – afinal os três produtos mais característicos da agricultura mediterrânea – poderiam, em parte, provir de um aro situado entre os 5 e os 20 km de distância, abarcando todo o território oeirense (CARVALHO & ALMEIDA, 1996), de acordo com o modelo de Von Thünen. *Olisipo* comportar-se-ia, deste modo, como um verdadeiro pólo de atracção à escala regional, promovendo a exploração agro-pastoril do *ager* olisiponense do qual dependia, em parte a sua própria existência. Deste modo, as *villae* nele existentes, para além de auto-suficientes, constituiriam verdadeiras unidades de produção: o grande celeiro encontrado na *villa* de Freiria, destinar-se-ia, talvez, a concentrar as produções cerealíferas de uma região maior que a propriedade onde estava instalado; nalguns casos, para além de unidades produtoras, as *villae* desempenhariam também papel de centros redistribuidores, com a consequente recolha de mais-valias, que justificaria o desaforo vivido pelos seus proprietários, particularmente evidente no caso da pars urbana da *villa* de Oeiras, cujos produtos seriam escoados facilmente pelo rio Tejo, a partir da enseada existente na foz da ribeira da Lage.



Fig. 36 – Necrópole tardo-romana e alto-medieval da Quinta da Costa, designada presentemente por Junção do Bem, Oeiras. Foto obtida aquando da sua exploração por J. Leite de Vasconcelos em 1901. Arquivo do Museu do Nacional de Arqueologia (seg. CARDOSO & CARREIRA, 1996).

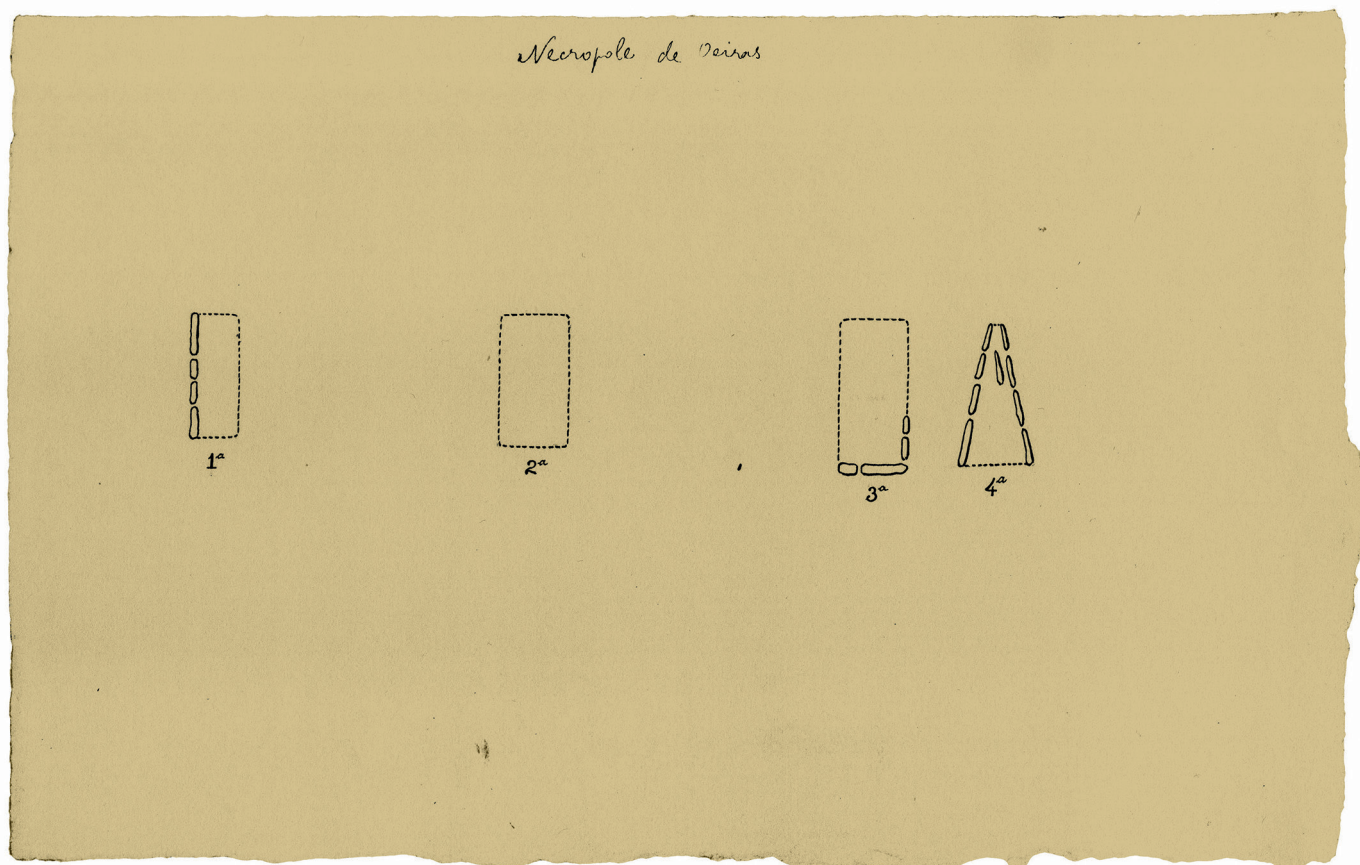


Fig. 37 – Necrópole tardo-romana e alto-medieval da Quinta da Costa, designada presentemente por Junção do Bem, Oeiras. Planta das quatro sepulturas exploradas por J. Leite de Vasconcelos em 1901, e por si registadas. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução inédita realizada em 1996.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. de (1990) – A demografia. Portugal das origens à Romanização (J. de Alarcão, coord.). *In Nova História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença. 1, pp. 395-408.
- ALVAREZ BURGOS, F. (1984) – *Prontuario de la Moneda Hispanica*. Madrid: Vico & Segarra Editorial.
- BLÁZQUEZ CERRATO, M. C. (1992) – *La dispersion de las monedas de Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- BORGES, M. F. (1996) – A decoração geométrica do mosaico de Oeiras. *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, p. 55-65.
- BUSTAMANTE - ÁLVAREZ, M. (2012) – Las cerâmicas comunes altoimperiales de Augusta Emerita. In BERNAL, B. & RIBERA, A. (Eds.) *Cerâmicas hispanorromanas II producciones regionales*. Cádiz, p. 407-433.
- CARANDINI, A. (1975) – A propòs des céramiques de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. 14, p. 69.
- CARDOSO, G. (1995) – Estela funerária de Peça Vinagre (Oeiras). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 49, p. 222.

- CARDOSO, G. (2002) – Aspectos da Romanização no *Ager Olisiponensis*. Trabajo de Tercero Ciclo. Universidad de Extremadura. Departamento de História, Área de Arqueologia. Cáceres (policopiada).
- CARDOSO, G. (2009) – Ânforas. In BATALHA, L. *et al.* (coord.) – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. Lisboa: EPAL, p. 63-88.
- CARDOSO, G. (2016) – Estudio arqueológico de la “villa” romana de Freiria. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Departamento de Historia. Universidad de Extremadura, Cáceres.
- CARDOSO, G. (2018) – *Villa romana de Freiria. Estudo arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal e Cascais.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra, 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 361-365.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O casal agrícola do Bronze Final do Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Sítios, pedras e homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 9.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras. Do paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2016/2017) – A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 23, p. 531-554.
- CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (2005) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época romana. *VI Encontro de História Local do concelho de Oeiras (Oeiras, 2003)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.
- CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. d' (1995) – A *villa* romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa, 2, p. 51-62.
- CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1997) – Acerca de uma tigela de *Terra Sigillata* Clara da Necrópole de Sol Averso, Porto Salvo (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7, p. 219-22.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 4, p. 1-12.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 351-359.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – A necrópole tardo-romana e alto-medieval de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 407-417.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, C. T. (2012) – O casal agrícola de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5, 2, p. 353-398.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. & REGO, M. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 21, p. 393-428.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & MARTINS, F. (2018) – Oeiras na Antiguidade Tardia: Alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 24, p. 471-482.

- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; BATALHA, L. & MARTINS, F. (e.p.) – A presença romana e medieval no Centro Histórico de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 28 (e.p.)
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. DA; MARTINS, F. & ANDRÉ, M. C. (2010/2011 b) – O estabelecimento rural romano tardo-republicano e alto-imperial de Leião (Oeiras) *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 103-146.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F. & ANDRÉ, C. (2010/2011 a) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 75-102.
- CARVALHO, A. M. F. de & ALMEIDA, F. J. N. S. (1996) – Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo. *Primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Actas. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote, Coleção Nova Enciclopédia, 54, p. 137-155.
- CORREIA, V. (1913) – Sepultura romana nos arredores de Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 18, p. 93-95.
- COUTINHO, H. M. (1997) – Terra sigillata *Clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- DELGADO, M. (1975) – Sigillée Claire D. *Fouilles de Conimbriga*, In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE R. (ed.). Paris: Diffusion E. de Boccard, 4, p. 261-284.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001/2002) – Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 405-413.
- FERREIRA, O. V. & FERREIRA, S. V. (1962) – Algumas notas histórico-arqueológicas sobre Oeiras. Porto: *Actas do 26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962)*, VII, p. 221-228.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 367-406.
- GUERRA, A. (2009) – A propósito do topónimo “Oeiras”: algumas considerações linguísticas e históricas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 595-605.
- HAYES, J. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- HÜBNER, E. (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. 2 (Suplemento). Berlim.
- MATOS, J. L. (1970) – Cemitério romano de Sol Aveso, Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 191-194.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares – Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- OLIVEIRA, C. F. (2003) – *A Villa romana de Rio Maior. Estudo de mosaicos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 31).
- PEREIRA, F. A. (1933) – Duas lápides suburbanas de Olisipo. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa. 1 (3), p. 106-117.
- SEAR, D. R. (1981) – *Roman coins and their values*. London: Seaby Publications Ltd.
- SEAR, D. R. (2000) – *Roman coins and their values, the Millenium edition*. London: Spink & Son.
- SEPÚLVEDA, E.; BOLILA, C. & SANTOS, R. (2014/2015) – LRC (PRSW) e LRD (CRSW) provenientes da escavação de emergência efetuada na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 357-393.
- SOUSA, E. M. (2001) – Contributo para o estudo da Cerâmica Foceense Tardia (“Late Roman C Ware”) no municipium Olisiponense. Sua representatividade no contexto peninsular». *Conimbriga*. Coimbra. 40, p. 199-224.

VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1916) – Mosaicos romanos de Portugal. Mosaico de Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 142-145.

VASCONCELOS, J. Leite de (1985) - *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 9.

Nota: sempre que o local de depósito das peças descritas no texto, reproduzidas nas figuras que ilustram o presente trabalho, não seja indicado, entenda-se que as mesmas se encontram depositadas no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).